escolas de MANGUALDE

CONSELHO GERAL

ATA Nº3

-------- Aos vinte e nove dias do mês de Maio de dois mil e doze, pelas dezoito horas e trinta minutos, na sala B6, reuniu o Conselho Geral, orientado pela sua presidente Cristina Matos. A esta sessão faltaram os conselheiros: Manuel Rodrigues, João Ferreira Gonçalves Azevedo, Elísio Oliveira, Mário Figueiredo e Bruno Ferreira.----------

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:----------

1 – Designação dos representantes ao Conselho Municipal de Educação-apreciação de proposta.----------

2 – Critérios de constituição de turmas – reflexão.----------

A presidente deste conselho deu as boas vindas a todos os presentes e iniciou a reunião definindo quem elaboraria as atas e solicitando que se fizessem as intervenções antes da ordem do dia.----------

---------Foi acordado que a elaboração das atas deste conselho ficariam a cargo dos conselheiros António Cardoso e Rosa Garcia.----------

---------O Conselheiro Joaquim Patrício demonstrou alguma preocupação relativamente às novas orientações para os centros novas oportunidades e para os cursos profissionais. Apesar da necessidade de alguns ajustes é de opinião que as escolas deram uma formação de qualidade e enquanto cidadão preocupa-o que as alterações possam colocar em causa aquilo que já foi conseguido. Referiu-se ainda ao conteúdo do Despacho nº5106-A/2012 - normas relacionadas com as matrículas on-line e constituição de turmas. O espaço de algumas salas de aula não está preparado para receber turmas de trinta alunos.----------

----------O conselheiro António Cardoso questionou o senhor diretor sobre a eventual redução do corpo docente neste Agrupamento, no próximo ano lectivo, ao qual foi respondido que no segundo ciclo a redução será, em principio, apenas no grupo de educação visual e tecnológica. Acrescentou que haverá uma auscultação aos professores quanto às preferências pela educação visual ou educação tecnológica. Informou ainda que o senhor diretor

geral sugeriu que todos os professores sem componente letiva se apresentem a concurso.----------

---------A conselheira Ilda Barreiros alertou para o conteúdo do artº 72 (transição entre níveis de ensino e grupos de recrutamento), do Decreto-lei 41/2012 de 21 de Fevereiro, que procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente.----------

O senhor diretor disponibilizou-se para refletir sobre o seu conteúdo e averiguar da necessidade de se realizar alguma alteração nas contagens do tempo de serviço de alguns docentes. Aproveitou para endereçar um convite a todos os conselheiros para estarem presentes no Arraial do Agrupamento, que se realizará na escola sede, no dia oito de Junho, a partir das dezassete horas.----

---------O conselheiro Alexandre Contantino pediu um esclarecimento sobre a continuidade dos critérios referentes aos alunos com NEE , na constituição de turmas, ao que foi respondido não haver qualquer alteração.----------

---------A conselheira Ilda Coelho demonstrou a sua preocupação na formação das turmas do primeiro ciclo, especialmente as que integram alunos do primeiro ano de escolaridade que, a atingirem o número máximo de alunos por turma, vão dificultar em muito, o trabalho dos professores, que se quer sistemático e individualizado de forma a obter o sucesso desejado.----------

---------O conselheiro Jorge Cabral também demonstrou alguma preocupação relativamente ao pessoal operacional e o excesso de trabalho que é necessário efetuar. É difícil fazer uma boa gestão com pouco pessoal e muita diversidade de serviços com funcionamento em diversos locais. Salientou a abertura do diretor do agrupamento e da câmara municipal, bem como a colaboração e disponibilidade dos funcionários, que não bastam para o problema ser resolvido.----------

----------Este conselho refletiu sobre o problema exposto que poderá agravar-se no próximo ano letivo.----------

----------O senhor diretor salientou o bom trabalho efetuado pelo responsável do pessoal não docente, Jorge Cabral e confirmou a redução do pessoal operacional, deixando claro que terão que ser definidas prioridades no que diz respeito a várias valências até aqui oferecidas e que deixarão de o ser, como por exemplo a componente de apoio à família em algumas escolas.----------

----------Após estas intervenções deu-se início ao desenvolvimento do primeiro ponto da ordem de trabalhos.----------

----------A senhora presidente deste conselho passou a palavra ao senhor diretor do agrupamento que interveio sublinhando a necessidade de se indicarem representantes dos docentes ao conselho municipal de educação. Propôs para representante do ensino secundário, a docente Cristina Matos, para representante do ensino básico, a docente Ilda Barreiros e para representar o pré – escolar a educadora Rosário Almeida. Esta proposta foi aceite por unanimidade.----------

---------Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, o diretor fez uma abordagem às novas orientações sobre a constituição de turmas, nomeadamente no que diz respeito ao número máximo e mínimo de alunos por turma. Segundo o mesmo, são aprovados muitos alunos no sexto ano de escolaridade que não têm desenvolvidas as competências necessárias para integrarem com segurança o nível de ensino seguinte.----------

No sétimo ano perspectiva-se a existência de turmas muito grandes e muito heterogéneas o que vai dificultar os trabalhos e impedir que se atinja o sucesso desejado.----------

O despacho nº5106-A/2012 deixa a possibilidade de se constituírem turmas mais homogéneas. Referiu que poderia ser uma estratégia a adotar no próximo ano letivo, no sétimo ano de escolaridade, onde o sucesso está longe do desejado, tendo como base o resultado dos exames nacionais.----------

---------Seguidamente abriu-se um espaço de reflexão.----------

Foram feitas algumas intervenções, a saber: ----------

• Conselheira Ilda Barreiros- apesar de defender as turmas homogéneas neste nível de ensino considera que deve ser ponderada a distribuição das turmas pelos professores de forma que, o professor a quem seja atribuída uma turma de um nível elevado lecione, igualmente, uma turma do nível mais baixo. Afirmou ainda que, embora concordando que o critério para a formação das turmas seja o resultado dos exames nacionais, deverá ter-se em conta que nem sempre ele revela o saber do aluno. Daí considerar que deverá ser salvaguardada a possibilidade de qualquer aluno mudar de turma se se considerar que está mal enquadrado.----------

- Conselheiro Alexandre Constantino - concorda com este tipo de turmas mas realça a necessidade de esclarecer os pais das vantagens desta estratégia e que de forma alguma poderá haver alunos beneficiados e alunos prejudicados. A transparência é essencial neste processo.----------
- Conselheiro Joaquim Patrício – contesta a ideia de que o insucesso de determinado nível de ensino tem origem no nível de ensino anterior.---------- Quanto à formação de turmas homogéneas considera a medida positiva se o objetivo for apenas resultados. Caso se avance para esta medida deixa um alerta para que os exames não sejam o único elemento de seriação.----------
- Conselheiro António Cardoso – concorda com a medida mas devem ser fornecidos todos os esclarecimentos aos alunos e professores.----------
- Conselheira Joana Santos – concorda com a formação destas turmas mas tem alguma preocupação relativamente à nomenclatura de turmas boas e turmas más. As mudanças no ensino têm sido sucessivas e os alunos não ganham com esta instabilidade.----------
- Conselheira Mariana Tavares – não tem uma opinião formada mas preocupa-se com o que poderá representar para os alunos pertencerem a uma ou a outra turma.----------
- Conselheira Conceição Armas – a sua preocupação não é tanto com os bons ou com os que apresentam mais dificuldades mas sim com a integração dos alunos medianos.----------
- Conselheira Maria José Coelho não concorda com a formação destas turmas. Considera que o ensino não está bem e que há muito trabalho a fazer no sentido de motivar os alunos mas também os professores, recuperando a sua autoridade. Nunca criar turmas diferenciadas.----------
- Conselheira Rosa Garcia – considera que a seriação dos alunos tem que ser muito cuidada não podendo basear-se apenas no resultado dos exames dado que há o risco de determinado aluno ser mal posicionado e contribuirmos assim para a sua desmotivação. Embora considere que a operacionalização desta medida não é fácil, acha fundamental que o processo seja flexível e permita a deslocação de alunos entre turmas.----------
- Conselheira Ilda Coelho - concorda com a ideia de que os alunos precisam de ser motivados mas acha que alguma coisa deve ser feita para mudar a

situação atual. Sem dúvida a autoridade dos professores tem que ser recuperada.----------

· Conselheiro João Soares – não tem uma ideia formada sobre a positividade desta medida mas estabeleceu um paralelismo entre esta situação e o mundo do trabalho. Na sua actividade há formação de equipas de trabalho, cuja experiência diz, que para funcionarem bem, as equipas têm que ser equilibradas. Não pode haver equipas a trabalhar bem e outras a trabalhar mal. Relativamente à qualidade do ensino considera que os pais têm que ser mais responsabilizados.----------

---------A conselheira Ilda Barreiros, dando como exemplo a sua experiência na formação de turmas do quinto ano, na antiga ACO, referiu que, a exemplo do que era prática naquela escola, com resultados satisfatórios, as turmas de quinto ano deveriam todas ser compostas por alunos de nível elevado, médio e menos bom, de modo a que uns potenciem os outros e a não haver grande diferença no nível geral das turmas. A articulação entre os professores do quarto ano e quem faz as turmas é fundamental na distribuição equitativa dos alunos.----------

---------Finalmente, a Presidente deste conselho, reforçou a ideia de que a proposta do senhor diretor poderá ser positiva para os alunos, na medida em que facilita o trabalho desenvolvido na sala de aula.----------

---------Por não haver mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será assinada, nos termos da lei.----------

A Presidente do conselho geral : Cristina Maria Barros de Matos
A Secretária: Rosa Maria Ferreira Garcia